



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA

Relatórios Técnicos
do Departamento de Informática Aplicada
da UNIRIO
n° 0003/2021

Análise dos Principais Crimes de Corrupção no Brasil: Uma Busca Sistemática pelo Google Trends

Vinicius Santos de Abreu
Tadeu Moreira de Classe

Departamento de Informática Aplicada

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Av. Pasteur, 458, Urca - CEP 22290-240
RIO DE JANEIRO – BRASIL

Análise dos Principais Crimes de Corrupção no Brasil: Uma Busca Sistemática pelo Google Trends

Vinicius Santos de Abreu¹ e Tadeu Moreira de Classe¹

¹Programa de Pós-Graduação em Informática (PPGI)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

vinicius.abreu@edu.unirio.br, tadeu.classe@uniriotec.br

Abstract. Corruption is a phenomenon that was born from the origin of human social relations. Specialists and researchers argue that public transparency is the main tool to fight against corruption. However, to the transparency be effective, society must know about these crimes. Thus, this work aims to look into searches about corruption crimes by citizens using Google. We used the Google Trends tool to create a systematic search and observe these searches. As result, we identified the main crimes searched by the users.

Keywords: Corruption Crime, Brazilian Legislation, Google Trends.

Resumo. A corrupção é um fenômeno enraizado nas relações sociais, tendo sua origem nos primórdios da humanidade. Especialistas e pesquisadores defendem que uma das principais formas de combater à corrupção é por meio da transparência pública. Porém, para que a transparência seja efetiva, é necessário que a sociedade tenha algum conhecimento prévio sobre estes crimes. Com isso, este trabalho objetiva investigar os principais crimes de corrupção pesquisados pela sociedade na internet. Isso reflete a busca dos cidadãos por entenderem o que estes crimes significam. Para isso, foi realizada uma busca sistemática de termos de pesquisa no Google Trends. Como resultado, foi identificado os principais crimes buscados pelos usuários no motor de busca do Google.

Palavras-chave: Crimes de Corrupção, Legislação Brasileira, Google Trends.

Sumário

1	Introdução	4
2	Corrupção	4
2.1	Tipos de Corrupção	5
3	Planejamento das Buscas no <i>Google Trends</i>	8
3.1	O <i>Google Trends</i>	8
3.2	Metodologia e Protocolo de Buscas	9
3.2.1	Objetivo e Questão de Pesquisa	9
3.2.2	Composição das Buscas	10
4	Resultados	11
4.1.1	(QS1) Quais crimes de corrupção concentraram a maior popularidade nas buscas?	11
4.1.2	(QS2) Quais a popularidade anual dos crimes de corrupção mais pesquisados?	13
5	Considerações Finais	16
	Referências	17

1 Introdução

A corrupção é um fenômeno enraizado nas relações sociais e representa um dos termos de mais complexa definição, sendo sua origem bastante antiga e sua existência percebida ao longo de toda a história da humanidade. Já nas escrituras bíblicas e em relatos da Roma Antiga podemos perceber instantes em que os costumes perderam validade, os governantes não mandavam e os cidadãos deixavam de obedecer.

No Brasil tal cenário não seria diferente. Os escândalos de corrupção noticiados diariamente e a sensação de desordem generalizada dentro das instituições remontam a época do Período Colonial, já ocorrendo dentro dos processos do serviço público português. Inúmeros momentos vivenciados pela população brasileira ao longo da história foram marcados pelos devaneios com o dinheiro público, dentre os quais podemos citar a República Velha, conduzida pelo pavoroso sistema de Coronelismo, e as influências de Ademar de Barros, que até hoje faz parte do “anedotário” do cidadão brasileiro, a partir da instituição do modelo de propaganda política do “rouba, mas faz” [LIVIANU E BIASON 2019].

Ao considerarmos que a corrupção representa um fenômeno ligado diretamente às desigualdades sociais e a precariedade dos serviços públicos, e mais do que isso, representa também um dos principais potencializadores do desgaste do sistema político e social (acesso a cargos políticos sem legitimidade e representatividade do povo) [BREI 1996], não podemos permanecer aceitando de forma natural a ocorrência destes crimes [FILGUEIRAS 2009], passando a necessitar de artefatos que possibilitem a interferência popular neste panorama caótico.

Com objetivo de suprir esta carência, especialistas e pesquisadores das ciências sociais defendem que a transparência pública tem potencial para figurar na luta contra este mal quase pandêmico, que hoje parece afetar o sistema político e social em quase toda sua totalidade, dando nuances de um estado à deriva. Porém, o uso desta ferramenta visando a fiscalização do governo somente se torna eficaz quando a população, grande patrocinadora do estado, a utiliza em conjunto com conhecimentos prévios da “coisa pública”, valores éticos amadurecidos e engajamento cívico apropriado [JANSSEN et al. 2019].

Visto isso, baseando-se nos principais crimes de corrupção destacados pelo Ministério Público Federal (MPF) brasileiro. Idealizou-se para essa pesquisa o uso do Google Trends de forma sistemática para a investigar a quantidade de interesse, ou melhor, buscas dos usuários, pelos crimes de corrupção no Brasil. Portanto, a partir disso buscou-se responder à pergunta: **que crimes de corrupção são os mais pesquisados na Internet pelos brasileiros.**

Com isso, a Seção 2 deste trabalho aborda a temática de corrupção e os principais crimes destacados pelo MPF. A Seção 3 apresenta a sistematização da busca a partir do Google Trends. Na Seção 4 é apresentado o resultado das buscas e as respostas às questões de investigação. E, finalmente, a Seção 5 traz as considerações finais.

2 Corrupção

O conceito de corrupção é apresentado nesta seção sob quatro óticas diferentes e, em um espaço temporal de cerca de 70 (setenta) anos, entretanto, nota-se que a ideia central do termo não possui grandes alterações, apesar da complexidade de compreensão da ocorrência do fenômeno. Em todas as citações fica clara uma relação de troca clandestina entre público e público ou entre público e privado, visando obter vantagens para si ou para outrem, diferenciando-se somente pelo objeto de valor.

Sob o ponto de vista de obtenção de apoio político, KEY [1936] afirma que a corrupção é o controle abusivo do poder e dos recursos do governo visando tirar proveito pessoal ou partidário, sendo que, tal proveito pode ser na forma de poder ou controle dentro da organização política ou na forma de apoio político por parte de vários indivíduos.

Na ótica da aquisição de dinheiro e cargos públicos, NYE [1967] ressalta que a corrupção é o comportamento que se desvia das obrigações formais de um cargo público em benefício de interesses particulares ou de status no que diz respeito ao mundo privado.

ZAFFARONI [1990] entende que a corrupção se estabelece entre uma pessoa com poder decisório estatal e uma outra que opera fora deste poder, o objetivo da relação é uma troca de vantagens, onde ambas obtêm ganhos patrimoniais em função de um ato de omissão da outra. Nesse momento percebemos a corrupção inserida em um terreno não só relacionado a obtenção de bens escusos, mas também instalada no ganho do silêncio e prevaricação.

Por fim, destaca-se uma definição um pouco mais contemporânea e que permeia as três citadas anteriormente, onde HODESS [2004] relaciona a corrupção ao abuso de poder de líderes políticos para ganhos privados, com objetivo de aumentar suas riquezas.

2.1 Tipos de Corrupção

O Ministério Público Federal (MPF) brasileiro é um órgão com atribuições e instrumento de atuação previstos na Constituição Brasileira, dentro do capítulo “Das funções essenciais à Justiça”, sendo suas funções e atribuições regidas pela Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993¹. O MPF possui autonomia, possuindo orçamento e gestão própria, não pertencendo a qualquer um dos três poderes (legislativo, executivo ou judiciário). Os procuradores e promotores do MPF possuem independência funcional garantida pela constituição, e, devido a isso, podem defender os cidadãos contra abusos e omissões do Poder Público, quando defender o patrimônio público contra ataques de interesses particulares. Assim, um dos interesses do MPF é o combate a corrupção [MPF, 2021].

Visando auxiliar o combate à corrupção, o MPF entende que é preciso que os principais tipos de corrupção precisam ser conhecidos pela sociedade [MPF, 2021]. Com isso, em seu site são disponibilizados os principais tipos de crimes de corrupção (**Figura 1**), sendo:

¹ Lei complementar nº 75/93: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp75.htm

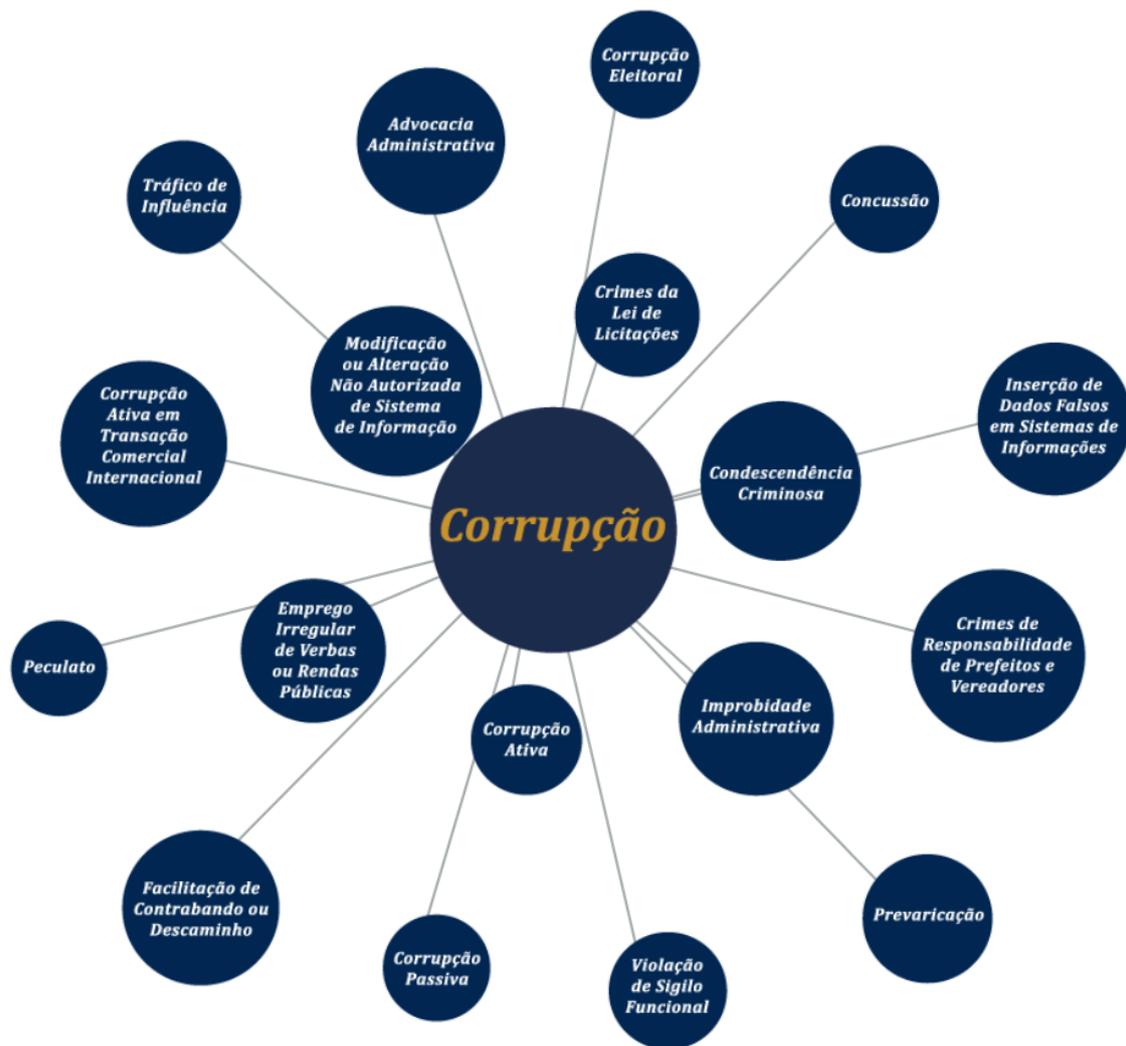


Figura 1 - Tipos de Corrupção [MPF, 2021]

- **Inserção de dados falsos em Sistemas de Informação:** (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000). Art. 313-A. Inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)). **Pena** – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000).
- **Prevaricação:** Art. 319 - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa. Art. 319-A. Deixar o Diretor de Penitenciária e/ou agente público, de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo: (Incluído pela Lei nº 11.466, de 2007). **Pena:** detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano;
- **Violação de sigilo funcional:** Art. 325 - Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação. **Pena** - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave.
- **Corrupção ativa:** Art. 333 - Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício. **Pena** – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003).

- **Corrupção passiva:** Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem. **Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003).
- **Facilitação de contrabando ou descaminho:** Art. 318 - Facilitar, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho (art. 334). **Pena** - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 8.137, de 27.12.1990).
- **Emprego irregular de verbas ou rendas públicas:** Art. 315 - Dar as verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei. **Pena** - detenção, de um a três meses, ou multa.
- **Peculato:** Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio. **Pena** - reclusão, de dois a doze anos, e multa.
- **Modificação ou alteração não autorizada de Sistema de Informações:** (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000) Art. 313-B. Modificar ou alterar, o funcionário, sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000). **Pena** - detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000).
- **Corrupção ativa em transação comercial internacional:** Art. 337-B. Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a funcionário público estrangeiro, ou a terceira pessoa, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício relacionado a transação comercial internacional: (Incluído pela Lei nº 10467, de 11.6.2002). **Pena** - reclusão, de 1 (um) a 8 (oito) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 10467, de 11.6.2002).
- **Tráfico de influência:** (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995) Art. 332 - Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função: (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995). **Pena** - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995).
- **Advocacia administrativa:** Art. 321 - Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário. **Pena** - detenção, de um a três meses, ou multa.
- **Concussão:** Art. 316 - Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida. **Pena** - reclusão, de dois a oito anos, e multa.
- **Condescendência criminosa:** Art. 320 - Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente. **Pena** - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.
- **Crimes de responsabilidade de prefeitos e vereadores:** detalhes definidos por legislação específica sobre a Decreto-Lei 201 de 27 de fevereiro de 1967².
- **Improbidade administrativa:** detalhes definidos por legislação específica sobre a Lei 8429 de 02 de junho de 1992³.

² Decreto-Lei 201 de 27 de fevereiro de 1967: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0201.htm

³ Lei 8429 de 02 de junho de 1992: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18429.htm

- **Crimes da lei de licitações:** detalhes definidos por legislação específica sobre a Lei 8666 de 21 de junho de 1993⁴.
- **Corrupção eleitoral:** detalhes definidos por legislação específica sobre a Lei 9504 de 30 de setembro de 1997⁵.

Uma maneira possível de agrupar esses crimes é considerando seu **tipo**, ou seja, se é praticado pelo poder público ou pelo setor privado, pela **pena máxima** aplicado a eles e, se o crime é regido por uma **legislação específica**. Considerando isso, para esta pesquisa, os crimes foram organizados seguindo a Tabela 1.

Tabela 1 - Agrupamento e classificação dos tipos de corrupção

Tipos de Corrupção (MPF - Combate a Corrupção)	Tipo	Pena Máxima	Legislação Específica
Concussão	Público	Reclusão + multa	-
Facilitação de Contrabando ou Descaminho	Público	Reclusão + multa	-
Violação de Sigilo Funcional	Público	Reclusão + multa	-
Corrupção Passiva	Público	Reclusão + multa	-
Peculato	Público	Reclusão + multa	-
Inserção de dados falsos em Sistemas de Informação	Público	Reclusão + multa	-
Prevaricação	Público	Detenção + multa	-
Advocacia Administrativa	Público	Detenção + multa	-
Emprego Irregular de Verbas ou Rendas Públicas	Público	Detenção	-
Condescendência Criminosa	Público	Detenção	-
Corrupção Ativa em Transação Comercial Internacional	Particular	Reclusão + multa	-
Tráfico de Influência	Particular	Reclusão + multa	-
Corrupção Ativa	Particular	Reclusão + multa	-
Corrupção Eleitoral	-	-	Lei 9504, 30 SET 1997
Crime de Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores	-	-	Decreto Lei 201, 27 FEV 1967
Crimes da Lei de Licitações	-	-	Lei 8666, 21 JUN 1993
Improbidade Administrativa	-	-	Lei 8429, 2 JUN 1992

Estes crimes de corrupção são o cerne dessa pesquisa. Muitos desses temas estão em noticiários e grande parte da população brasileira os desconhecem. Por isso estes termos servirão de base para as buscas no *Google Trends*⁶. Assim será possível observar como a população buscou tais termos no Google, visando conhecer do que se tratam e entender sobre todos estes crimes que constantemente assolam a sociedade brasileira.

3 Planejamento das Buscas no *Google Trends*

Nesta seção será realizada a explicação da metodologia de consulta utilizada na condução deste estudo.

3.1 O *Google Trends*

O *Google Trends* é um software que possibilitar mostrar palavras termos e expressões dos assuntos mais pesquisados no motor de busca da Google. A ferramenta apresenta as tendências e permite que sejam observadas a evolução e consultas realizadas pelos usuários em um período de tempo, dentro de uma determinada localidade geográfica etc. Sendo um serviço gratuito, o *Trends* permite a exibição de gráficos que ajudam no entendimento da evolução das pesquisas (Figura 2) [GONÇALVES, 2021]. Além disso, ele permite a exportação das planilhas com os dados, as quais podem ser analisadas por cientistas de dados e/ou outros algoritmos de descoberta de conhecimento.

⁴ Lei 8666 de 21 de junho de 1993: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm

⁵ Lei 9504 de 30 de setembro de 1997: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm

⁶ Google Trends: <https://trends.google.com.br/trends/?geo=BR>

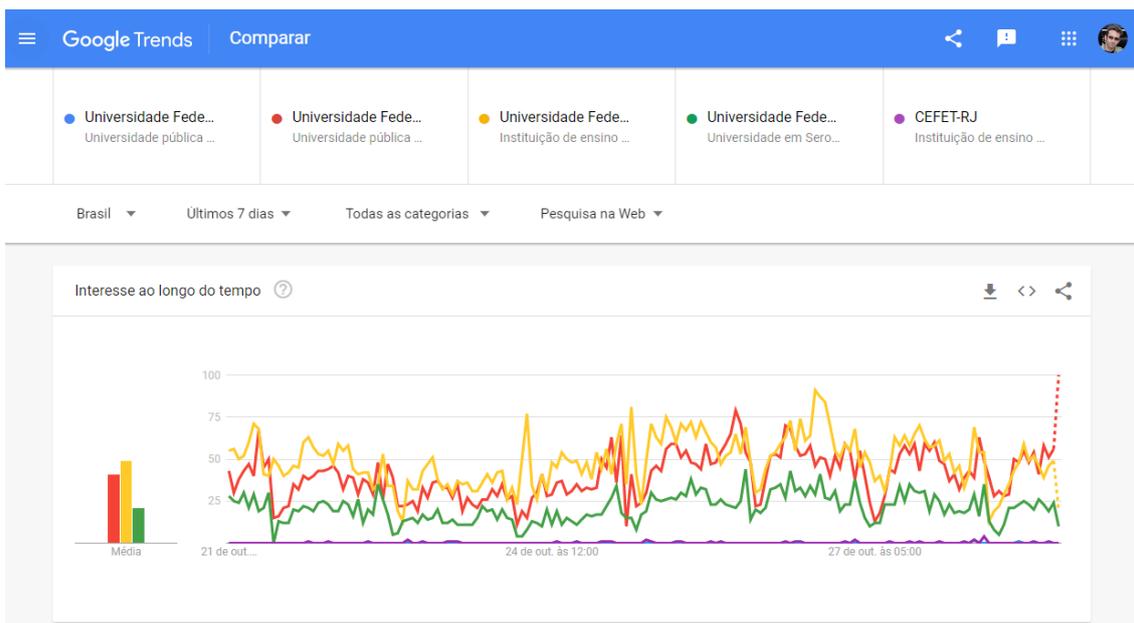


Figura 2 - Busca de assuntos no Google Trends.

3.2 Metodologia e Protocolo de Buscas

A metodologia seguida na condução desta pesquisa tem bases em mapeamentos e revisões sistemáticas de literatura. Optou-se por se basear nessas metodologias de pesquisa devido a possibilidade de seguir etapas sistematizadas e bem definidas de pesquisa e motores de busca. Neste trabalho buscou-se seguir as propostas de autores renomados neste tipo de pesquisa, como KITCHENHAM E CHARTERS [2007] e HOLGADO et al. [2020], por exemplo. Portanto as etapas que se seguiram foram (Figura 3): i) planejamento; ii) condução; e iii) divulgação dos resultados.

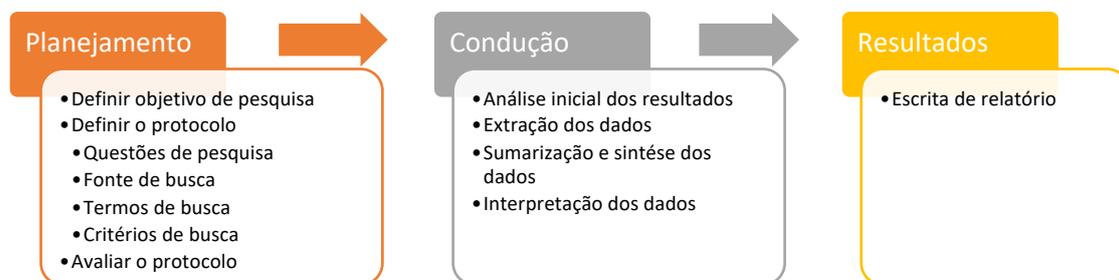


Figura 3 - Etapas da metodologia de pesquisa utilizada

3.2.1 Objetivo e Questão de Pesquisa

As buscas e análises feitas neste trabalho buscaram fornecer uma ideia dos principais crimes de corrupção praticados no Brasil e, que são alvos de ações do MPF para a diminuição nacional. Neste trabalho as buscas partem do ano de 2009, devido a publicação da Lei de Transparência⁷, lei esta que visa dar meios para a sociedade fiscalizar e combater à corrupção.

Assim, usando o GQM (*Goal-Question-Metric*), o objetivo desde trabalho pode ser descrito como: **Analisar** buscas no Google Trends; **com o propósito de** identificação e

⁷ Lei Complementar nº 131 de 27 de maio de 2009: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm

caracterização; **em respeito** aos principais crimes de corrupção listados pelo MPG; **no contexto** brasileiro; **do ponto de vista de** cidadãos.

Baseado neste objetivo, a principal questão de pesquisa que se espera responder é: **(QP) que crimes de corrupção são os mais pesquisados na Internet pelos brasileiros?** Para melhor caracterizar essa questão, é possível pensar em algumas secundárias:

QS1. Quais crimes de corrupção concentraram a maior popularidade nas buscas?

- QS1.1. Crimes praticados pelo setor público com pena de Reclusão.
- QS1.2. Crimes praticados pelo setor público com pena de Detenção.
- QS1.3. Crimes praticados pelo setor privado com pena de Reclusão.
- QS1.4. Crimes praticados pelo setor público e regidos por legislação específica.

QS2. Quais a popularidade anual dos crimes de corrupção mais pesquisados?

- QS2.1. Crimes praticados pelo setor público com pena de Reclusão.
- QS2.2. Crimes praticados pelo setor público com pena de Detenção.
- QS2.3. Crimes praticados pelo setor privado com pena de Reclusão.
- QS2.4. Crimes praticados pelo setor público e regidos por legislação específica.

3.2.2 Composição das Buscas

As buscas realizadas no Google Trends para este trabalho, consideraram o agrupamento dos crimes segundo a sua pena máxima, seguido pelo tipo e, por últimos os crimes tratados por legislação específica. O Google Trends possui filtros que permitem parametrização para a sistematização das buscas. Além disso, ao informar um termo, o Google Trends sugere um tipo (assunto, termo de pesquisa, crime etc.) que possa mais se adequar à busca. Nesta pesquisa, consideramos o primeiro tipo como “crime”, sendo um assunto mais especializado caso seja sugerido pelo sistema, depois “assunto” e, por último, “termo de pesquisa”, sendo este último o assunto mais genérico (Figura 4). Com isso, a Tabela 2 mostra os parâmetros de pesquisa utilizados.

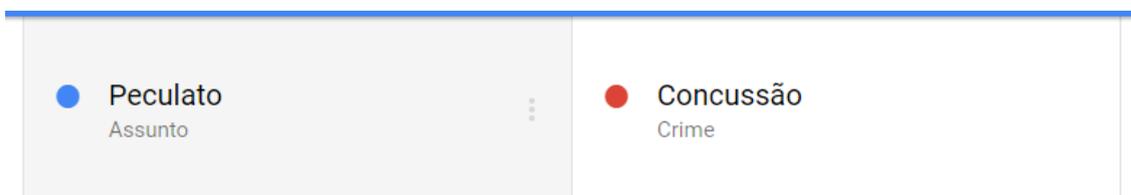


Figura 4 - Exemplo de termo de busca e o tipo associado ao termo.

Tabela 2 - Critérios de busca

Grupo	Localização	Tempo	Categoria	Termo	Tipo
Público + Reclusão	Brasil	01/05/2009 até 03/11/2021	Todas as Categorias	Concussão	Crime
				Facilitação de Contrabando ou Descaminho	Termo de Pesquisa
				Violação de sigilo funcional	Assunto
				Corrupção Passiva	Assunto
Peculato				Assunto	
Inserção de dados falsos em sistema de informações				Assunto	
Prevaricação				Assunto	
Advocacia administrativa				Crime	
Emprego irregular de verbas ou rendas públicas				Assunto	
Condescendência criminosa				Assunto	
Corrupção Ativa em Transação Internacional				Termo de Pesquisa	
Tráfico de influência				Assunto	
Corrupção ativa				Assunto	
Corrupção Eleitoral	Termo de Pesquisa				
Crime de Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores	Termo de Pesquisa				
Crimes da Lei de Licitações	Termo de Pesquisa				
Improbidade administrativa	Assunto				
Público + Detenção					
Privado + Reclusão					
Tratado por Legislação Específica					

Após a realização das buscas, os resultados foram exportados para arquivos *csv* e tratados em planilhas do Excel, permitindo a criação de gráficos que permitem uma melhor observação dos dados.

4 Resultados

Após o tratamento de dados, foram gerados gráficos que auxiliassem a responder as perguntas da pesquisa. Como será observado nos gráficos, alguns crimes como **Corrupção Ativa em Transação Internacional**, **Crime de Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores** e **Crimes da Lei de Licitações**, não aparecem devido a quantidade nula, ou muito baixa de popularidade de buscas dos usuários sobre eles. Para melhor visualização dos dados, alguns gráficos foram agrupados tal como na Tabela 2, seguindo o âmbito do crime, pena máxima e/ou legislação específica. Assim, a partir deles, é possível responder as questões de pesquisa.

4.1.1 (QS1) Quais crimes de corrupção concentraram a maior popularidade nas buscas?

- **Poder Público e Pena Máxima de Reclusão:** A Figura 5 apresenta os crimes praticados pelo poder público com pena máxima de reclusão. É possível perceber que dentre eles o temor mais popular (mais pesquisado) foi o crime de **peculato** (46%), seguido por **facilitação de contrabando ou descaminho** (29%).

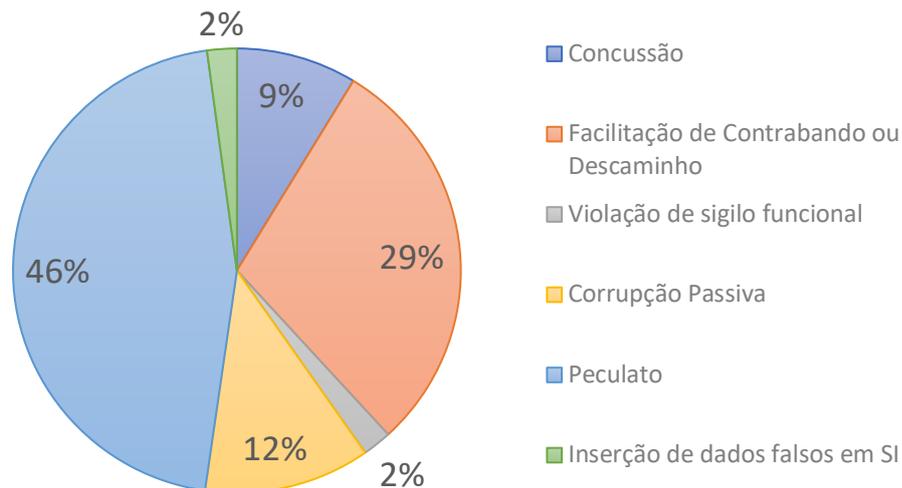


Figura 5 - Crimes do poder público com pena máxima de reclusão

- **Poder Público e Pena Máxima de Detenção:** A Figura 6 mostra os crimes praticados pelo poder público com pena máxima de detenção. Aqui é possível observar que a maioria das buscas se concentrou no crime de **prevaricação** (81%).

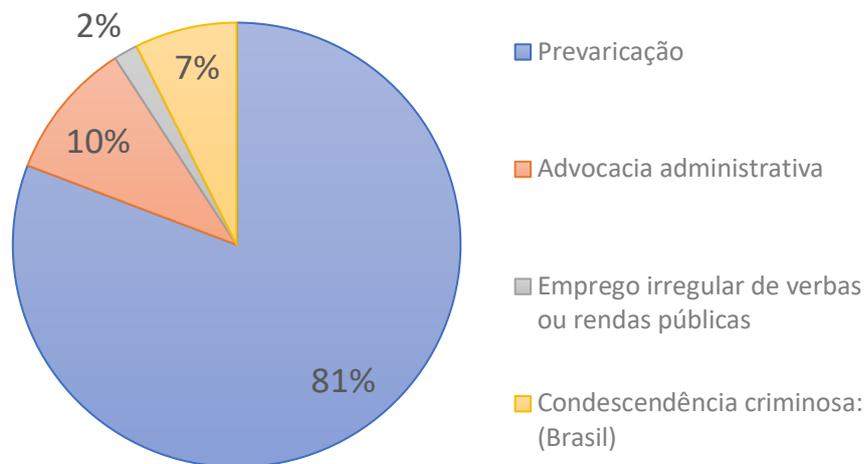


Figura 6 - Crimes do poder público com pena máxima de detenção

- **Setor Privado e Pena Máxima de Reclusão:** Na Figura 7 crime do setor privado mais popular das pesquisas no Google foi o de **corrupção ativa** (68%). Enquanto **tráfico de influência** (32%) foi o segundo mais pesquisado desta categoria.

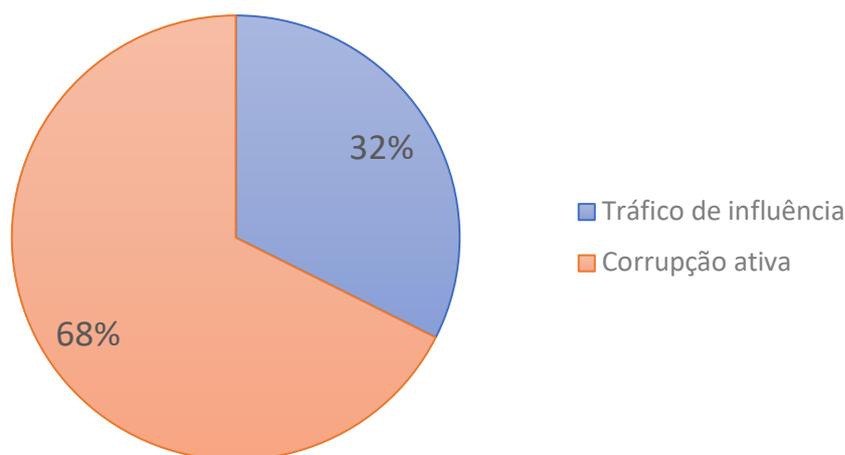


Figura 7 - Crimes do setor privado com pena máxima de reclusão

- **Tratados por Legislação Específica:** nesta categoria o crime que mais foi procurado foi o de **improbidade administrativa** (96%) (Figura 8), mostrando que muitos usuários, que fizeram pesquisas por esta categoria de crime, pesquisam sobre ela.

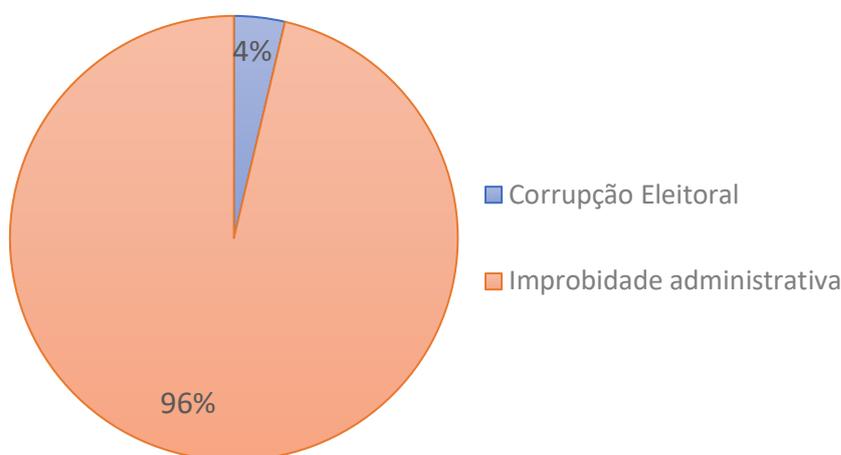


Figura 8 - Crimes tratados por legislação específica

4.1.2 (QS2) Quais a popularidade anual dos crimes de corrupção mais pesquisados?

- **Poder Público e Pena Máxima de Reclusão:** A Figura 5 apresenta os crimes praticados pelo poder público com pena máxima de reclusão. É possível perceber a progressão entre eles de 2009 até 2021. Refletindo os resultados da questão anterior. Ainda é possível observar que o pico de consultas sobre peculato foi em 2012 (246 pontos). Já em 2018, corrupção e contrabando tem um pico de 115 pontos de interesse.

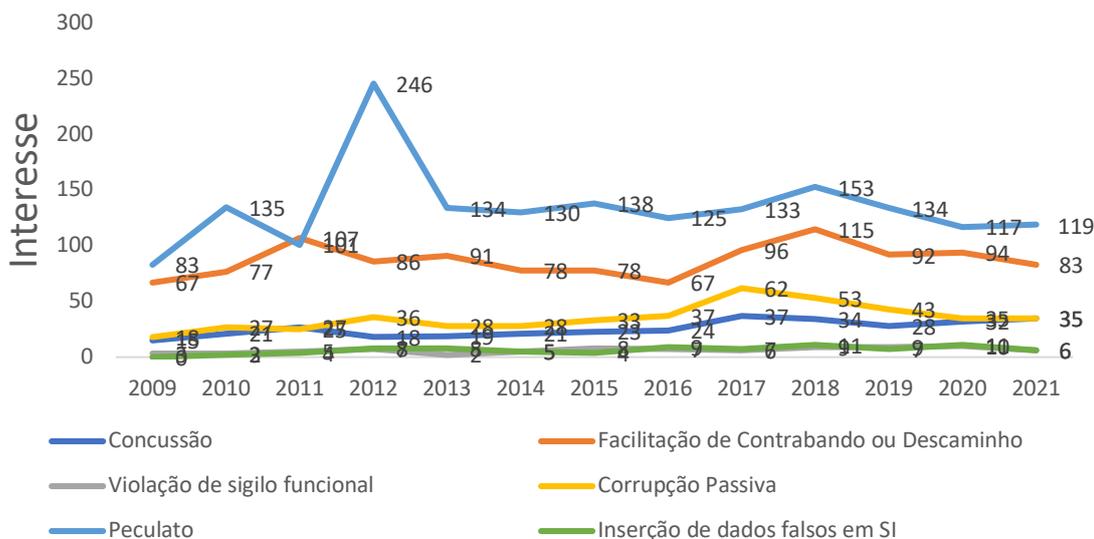


Figura 9 - Progressão anual: Crimes do poder público e pena máxima de reclusão

- Poder Público e Pena Máxima de Detenção:** A Figura 5 mostra que o interesse pelo crime de prevaricação vem crescendo com o passar dos anos. Em 2021, antes mesmo do ano terminar, as buscas por este crime no Google atingiram o valor de 309 pontos.



Figura 10 - Progressão anual: Crimes do poder público e pena máxima de detenção

- Setor Privado e Pena Máxima de Reclusão:** A Figura 5 mostra que as buscas sobre corrupção ativa sempre estiveram em alta, sendo seu pico em 2012 (391 pontos), mas começando a cair a partir de 2017. Enquanto isso, a partir de 2014 houve um crescimento de interesse sobre tráfico de influência, atingindo 170 pontos.

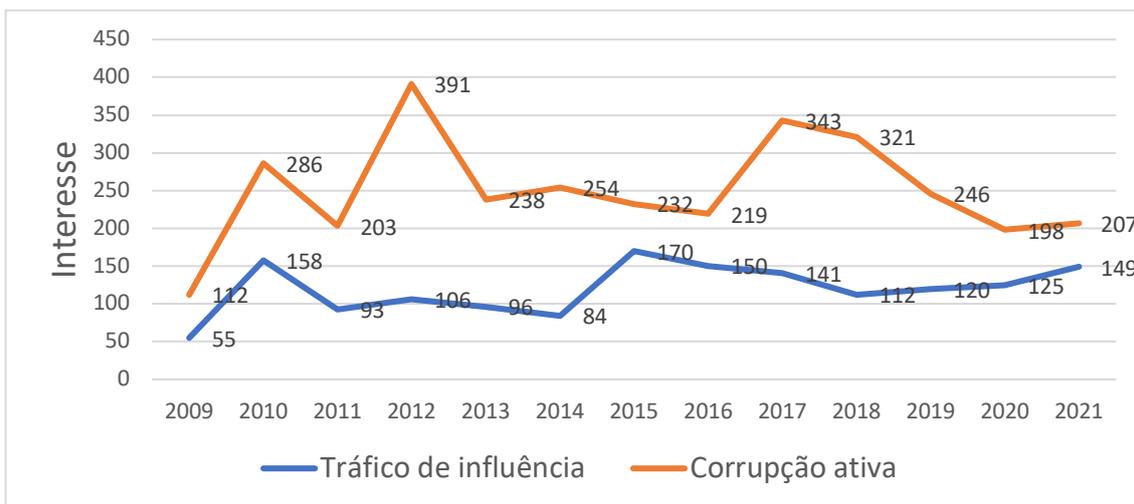


Figura 11 - Progressão anual: Crimes do setor privado e pena máxima de reclusão

- **Tratados por Legislação Específica:** A Figura 5 apresenta os principais crimes tratados por legislação específica. É possível observar que sempre houve um interesse de buscas sobre improbidade administrativa. Em 2017 o interesse atingiu seu pico (345 pontos), começando a decair desde então, até atingir os 181 pontos em 2021.

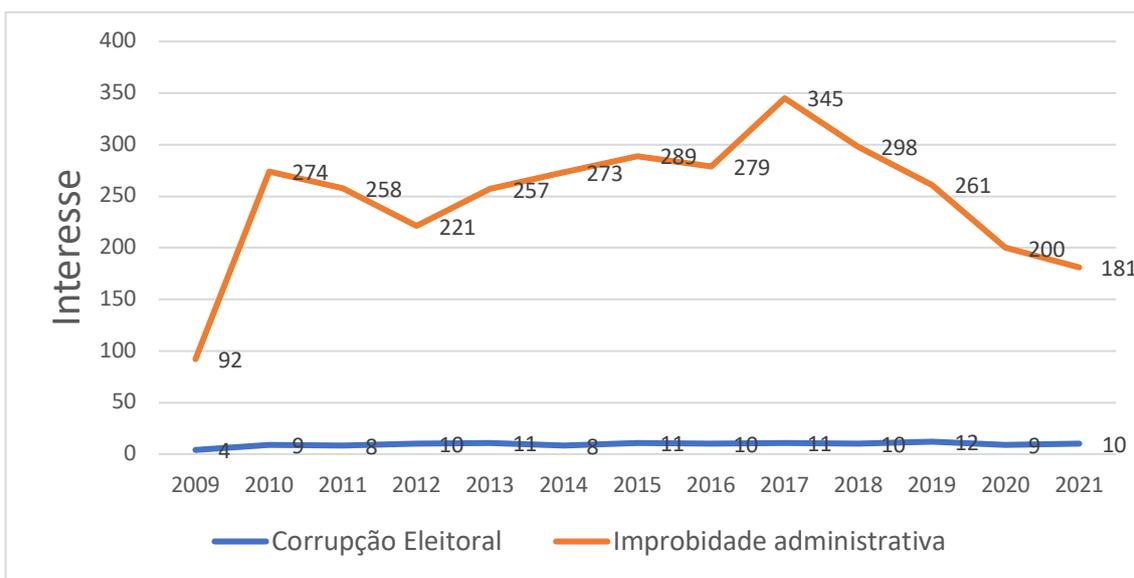


Figura 12 - Progressão anual: Crimes tratados por legislação específica.

Visto isso, ao analisar as questões de pesquisa e os gráficos é possível pensar em como responder a questão: “(QP) que crimes de corrupção são os mais pesquisados na Internet pelos brasileiros?”. Com base nos resultados da pesquisa e analisando os principais crimes de cada uma das 4 categorias (peculato, prevaricação, corrupção ativa e improbidade administrativa) pela Figura 13, é possível perceber uma divisão de buscas quase que homogênea entre **corrupção ativa** (34%) e **improbidade administrativa** (33%), e também entre **peculato** (18%) e **corrupção ativa** (15%). A mesma impressão se tem ao olhar para a Figura 14. Aqui também as buscas se concentraram no grupo dos crimes do setor privado com pena máxima de reclusão (35%), seguido pelos crimes do setor público com pena máxima de reclusão (28%), crimes tratados por legislação específica (24%) e, por último, os crimes do setor público com pena máxima de detenção (13%).

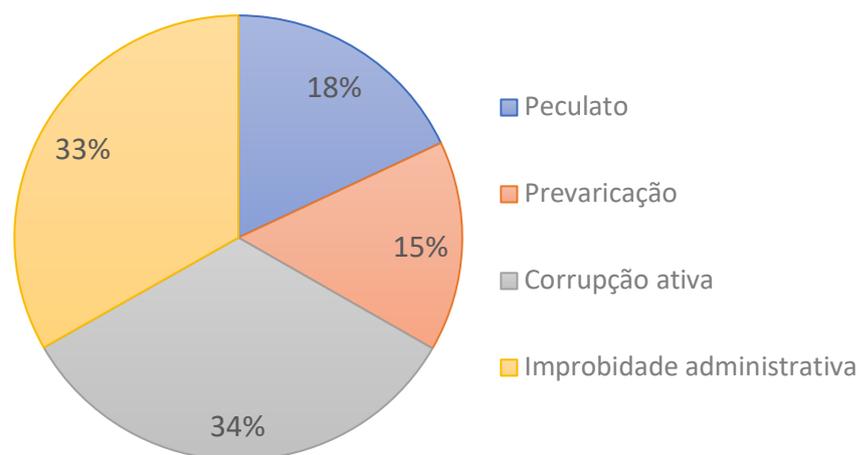


Figura 13 - Principais crimes de cada uma das 4 categorias

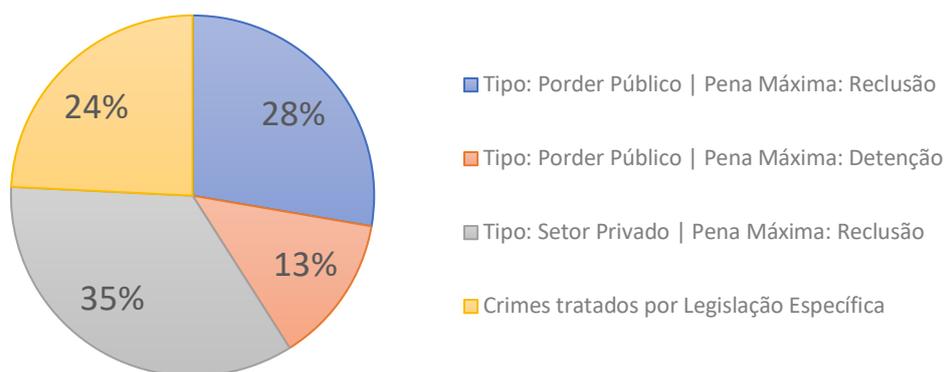


Figura 14 - Crimes agrupados pelas categorias.

5 Considerações Finais

A corrupção é um fenômeno enraizado nas relações sociais e representa um dos termos de mais complexa definição, sendo sua origem bastante antiga e sua existência percebida ao longo de toda a história da humanidade. Com objetivo de suprir esta carência, especialistas e pesquisadores das ciências sociais defendem que a transparência pública tem potencial para figurar na luta contra este mal quase pandêmico, que hoje parece afetar o sistema político e social em quase toda sua totalidade, dando nuances de um estado à deriva. Porém, o uso desta ferramenta visando a fiscalização do governo somente se torna eficaz quando a população, grande patrocinadora do estado, a utiliza em conjunto com conhecimentos prévios da “coisa pública”, valores éticos amadurecidos e engajamento cívico apropriado.

Visto isso, este trabalho partiu da investigação sobre quais são os principais crimes de corrupção investigados pela sociedade. Os resultados apontaram um interesse particular nos crimes de peculato, prevaricação, corrupção ativa e improbidade

administrativa. Reflete-se que este interesse se dá ao fato de que são temas recorrentes em jornais e notícias, não sendo comum ao vocabulário brasileira, e, assim, a sociedade recorre às buscas para tentar entender o seu significado.

Referências

BREI, Z. A. A corrupção: causas, consequências e soluções para o problema. **Revista De Administração Pública**, Vol. 30, n.3, pp. 103-115. 1996.

FILGUEIRAS, F. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. **Opinião Pública**, 15, 386-421. 2009.

GONÇALVES, A.L.D. O que é e como usar o Google Trends?. **TecMundo**. 2021. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/internet/216037-usar-o-google-trends.htm>>. Acessado em 28 de outubro de 2021.

HODESS, R. Introduction to political corruption. In **Transparency International: Global Corruption Report 2004**, 2004.

HOLGADO, A. G., PABLOS, S.M., PENALVO, F.J.G. Guidelines for performing systematic research projects reviews. In **International Journal of Interactive Multimedia and Artificial Intelligence**, Vol. 6, n.2, pp.9. 2020.

JANSSEN, F., PIMENTEL, M., ARAUJO, R. Valores em Jogos Baseados em Processos de Prestação de Serviços Públicos para Cidadãos Brasileiros. In **Simpósio Brasileiro de Jogos e Entretenimento Digital (SBGames)**. 2019.

KEY, V. O. **The techniques of political graft in the United States**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - University of Chicago, Chicago, 1935.

KITCHENHAM, B.A., CHARTERS, S., **Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering**. Tech. Rep. EBSE-2007-01, Keele University, 2007.

LIVIANU, R. e BIASON, R. **A corrupção na história do Brasil**. (1 ed.). Mackenzie. 2019.

MPF. Ministério Público Federal. **Portal do Combate à Corrupção do MPF**. 2021. Disponível em: <http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/>. Acessado em: 28 de outubro de 2021.

NYE, J. S. Corruption and political development: A cost-benefit analysis. In **American political science review**, Vol. 61, n. 2, pp. 417-427. 1967.

ZAFFARONI, E. R. La corrupción; su perspectiva latinoamericana. In. **Criminologia crítica**. Belém, Edições Cejup, 1990.